

# Sem Consistência

Durante quanto tempo deverá ficar de pé o *pacote*?

Eis aí a ominosa pergunta que circulava na mente dos mais céticos antes mesmo da divulgação dos resultados da reunião do Conselho Monetário, e que é agora mais apropriada que nunca.

Não que a sociedade brasileira, por uma forma estranha de masóquismo, esteja pedindo mais arrochos. Ou que as medidas deixem de ferir na pele ou de doer no bolso dos cidadãos. O problema é outro: é de meias-verdades.

Quando começaram a tocar nos bastidores os tambores das reformas que o Governo estudava, houve, por algum tempo, a impressão de um ajustamento mais sério. O Brasil estava de contas atrasadas com o Fundo Monetário e consigo mesmo. Era preciso tomar medidas drásticas para reduzir o déficit público, para cortar subsídios, para desindexar uma economia excessivamente amarrada a uma "inflação pré-contratada". Era preciso restaurar a confiança internacional abalada. E, sobretudo, encontrar fórmulas para descomprimir as empresas privadas cujos fluxos de caixa, quase sem exceção, foram comprometidos pela lei salarial.

O que ocorreu nos bastidores de Brasília entre o esforço coletivo de todos os homens de bom senso para convencer o Governo para a gravidade do momento que atravessamos, e hoje, é decepcionante. Por certo reuniu-se com solenidade um Conselho Monetário no qual os empresários estiveram representados, e onde fizeram claramente ouvir seus pontos-de-vista. Por certo foram consultados personagens eminentes na vida nacional.

Prevaleceram, contudo, forças políticas capazes de estabelecer um jogo de bastidores confortável. Leiloeou-se o realismo econômico em benefício do oportunismo palaciano, o mesmo que esbarraria de frente com a modificação no sistema de indexação da economia, capaz de reduzir as pressões inflacionárias às quais se referiu o ex-Ministro da Fazenda Octávio Gouveia de Bu-

lhões, e talvez agora mais desenfreadas que nunca.

Pois que se pode esperar de um *pacote* pela metade? A condescendência dos credores internacionais? O aumento das linhas de crédito em bancos já severamente comprometidos, cujos *boards* no exterior cobram eficiência antes de mais nada e não estão dispostos a realizar obras de caridade para resgatar governos ineficientes?

Em termos e em linguagem simples a questão é esta: o *pacote* é um meio *pacote* e assim como toda meia-verdade, por ser morno, será rejeitado ou, no mínimo, olhado com desconfiança pela comunidade internacional. Tanto quanto a incerteza gerada pelos aumentos de custos para as empresas privadas, este ponto externo não pode ser minimizado. Nem os sinais que estão partindo do exterior podem ser mal assimilados ou interpretados para confortar articuladores palacianos.

A realidade, a crua realidade, é que os países industrializados às voltas com um longo período de recessão internacional tiveram de cortar a fundo e duro em suas despesas. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa foram adotadas políticas monetárias e fiscais restritivas. Países como a Grã-Bretanha, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos embarcaram em elevadas taxas de desemprego, o preço a pagar pela restauração da ordem interna. Como e em nome de que as nações em desenvolvimento, cujas economias já se encontram em um estágio mais avançado — como o Brasil — poderão apresentar-se na folgada condição de pedintes?

É mais que claro que teremos de pagar os preços do nosso reajuste interno e isto é o que os segmentos políticos do Governo ainda não entenderam, frustrando profundamente os empresários e os elementos mais lúcidos da administração que eventualmente tenham proposto um *pacote* sério. Enquanto essas verdades elementares não forem compreendidas e digeridas, continuaremos a ter um país de meias-verdades, ou meios *pacotes*, cuja duração é questão de muito pouco tempo.